



Vila Verde
Município

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

PROPOSTA

Assunto: ESPLANADAS - Medida excecional no âmbito Covid-19

Considerando que:

Por força da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17 de maio de 2020 - diploma que prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e reflete a opção do Governo por um elenco menos intenso de restrições, suspensões e encerramentos do que aquele que se encontrava vigente, os estabelecimentos de restauração e similares, para além do cumprimento das orientações de higiene e sanitária da Direção-Geral da Saúde, estão obrigados a garantir uma distância de, pelo menos, dois metros entre pessoas, o que reduz na ordem de 50% a capacidade dos espaços de restauração;

O acesso ao público, a partir das 23 horas, fica excluído para novas admissões, devendo privilegiar-se mecanismos de marcação prévia para evitar situações de espera no atendimento e como forma de preservar o direito ao descanso;

Neste momento de incerteza em que importa proceder a um levantamento paulatino e gradual das medidas de confinamento como forma de possibilitar a sobrevivência dos pequenos agentes económicos locais, entre os quais se contam aqueles ligados à exploração das esplanadas de restaurantes, dos cafés e das pastelarias que através da sua atividade têm contribuído para a mitigação do impacto económico provocado pela pandemia COVID-19;

Por conseguinte, entendemos que com esta proposta de aumento do espaço proporcionado pelas esplanadas irá permitir que os operadores económicos possam redistribuir o número de mesas por uma maior área, cumprindo desta forma as medidas de distanciamento aconselhadas pela Direção Geral de Saúde e simultaneamente, pretendemos com esta proposta impulsionar e salvaguardar assim, muitos dos postos de trabalho associados a estas atividades de restauração;



Vila Verde
Município

Patricia A. S.
Patricia A. S.
RE

PROPONHO ao Órgão Executivo, em coerência com as razões acima evidenciadas, que venha a deliberar no sentido da aprovação da presente Proposta de aumento extraordinário e temporário do universo de esplanadas, a vigorar até 31 de dezembro, nos termos que se seguem:

- a) Instalação de esplanadas em espaço público não contíguo à fachada, incluindo lugares de estacionamento, com exceção dos concessionados, desde que garantidos os espaçamentos e passagens legalmente obrigatórios, para além de critérios urbanísticos locais;
- b) Manutenção de todas as esplanadas existentes, permitindo-se o alargamento do espaço ocupado pelas mesmas, tendo sempre em consideração o passeio ou espaço público existente;
- c) Os estabelecimentos de restauração sem esplanadas poderão requerer, no âmbito do regulamento municipal em vigor, a criação de esplanadas com o mesmo intuito da alínea anterior.

MAIS PROPONHO, ao abrigo do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, conjugada com as alterações da Lei 12/2020 de 07 de Maio, que o Órgão Executivo delibere aprovar como medida excecional de apoio a este setor económico a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço e via pública às novas esplanadas que venham a ser abertas, ao alargamento e à prorrogação de licenças das já existentes nos termos da deliberação da Câmara Municipal de 20 de Abril relativas à isenção ou redução das taxas municipais a aplicar no âmbito da pandemia associada ao COVID-19.

A aplicação das isenções realiza-se oficiosamente pelos competentes serviços municipais, com dispensa dos procedimentos previstos no artigo 26.º, Regulamento de liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, sem prejuízo dos procedimentos adequados de liquidação e cobrança constantes do disposto no Capítulo II do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município.

As isenções concedidas serão submetidas a ratificação da Câmara Municipal, em reunião ordinária, subsequente à sua prática.

Depois de ratificadas pela Câmara Municipal, as isenções concedidas devem ser comunicadas ao Órgão Deliberativo, por meio eletrónico, no prazo de 48 horas conforme previsto no artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril.



Vila Verde

Município

A presente deliberação deve ser remetida à Assembleia Municipal para conhecimento desta.

Independentemente de outros meios adequados para o efeito, a presente deliberação deverá também ser publicitada na página oficial do município na internet e por edital a afixar nos lugares de estilo no edifício dos Paços do Concelho.

Vila Verde, 27 de maio de 2020.

O Vereador do Pelouro do Ambiente, Desporto e Atividades Económicas,

- Patrício José Correia Pinto de Araújo -

[Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large '6' and several illegible signatures]

02.07.- Uma informação, prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr^a Isabel Lopes, para apoio de refeições e prolongamento no Jardim de Infância, para uma menor, residente neste concelho, devidamente identificada na informação anexa. (Anexo10)

DELIBERAÇÃO: A Câmara delibera, por unanimidade, apoiar as refeições e prolongamento no Jardim de Infância, para uma menor, residente neste concelho, devidamente identificada na informação anexa. J.P.

02.08.- Presente um ofício da Associação de Caça Monte São Miguel – O Anjo, a solicitar um subsídio, no montante de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), para limpeza da Lagoa da Cheira. (Anexo11)

DELIBERAÇÃO: A Câmara delibera, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), à Associação de Caça Monte São Miguel – O Anjo, para limpeza da Lagoa da Cheira. J.P.

02.09.-Presente, uma proposta do Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, Desporto e Atividades Económicas, relacionada com Esplanadas – Medida Excecional no âmbito COVID-19. (Anexo12)

DELIBERAÇÃO: A Câmara delibera, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, Desporto e Atividades Económicas, nos termos e pelos fundamentos aí aduzidos, e que se consideram, aqui, integralmente reproduzidos. Remeta-se à Assembleia Municipal, para conhecimento. J.P.

02.10. Presente, para efeitos de decisão de adjudicação, o Relatório Final de análise de propostas do procedimento de concurso tendente à contratação da empreitada designada por “Pavimentação de diversas estradas e caminhos municipais”, composta por sete lotes, bem como as respetivas minutas contratuais, para efeitos de aprovação.

DELIBERAÇÃO: Conforme proposto no Relatório Final de análise de propostas, a Câmara delibera, por unanimidade, adjudicar o procedimento nos seguintes termos: Lote 1: Adjudicado ao concorrente Martins & Filhos S.A. pelo valor de 427.118,05€; Lote 2: Adjudicado ao concorrente Martins & Filhos S.A. pelo valor de 443.668,26€; Lote 3: Adjudicado ao concorrente Martins & Filhos S.A. pelo valor de 718.583,85€; Lote 4: